



ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE INGAZEIRA

Rua Albino Feltosa, 37 CGC 10.947.888/0001-97 - CEP 56831-000 — Telefone 829-1136 Fax 829-1102 - Ingazeira — PE

LEI Nº 01/97

EMENTA: Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INGAZEIRA, estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

- Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde - CMS em caráter permanente, como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde - SUS - no âmbito municipal.
- Art. 2º - Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são competência do CMS:
- I. definir as prioridades de saúde;
 - II. Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde;
 - III. atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde;
 - IV. propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e destino dos recursos;
 - V. acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde prestados à população pelos órgãos e entidades públicas privadas integrantes do SUS no município;
 - VI. definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas de saúde, no que tange à prestação de serviços de saúde;
 - VII. definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS;
 - VIII. apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso VI;
 - IX. estabelecer diretrizes quanto à localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS;





ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE INGAZEIRA

Rua Albino Feltosa, 87 - C/C 10.847.888/0001-97 - CEP 56830-000 - Telefone 829-1136 Fax 829-1102 - Ingazeira - PE

- X. elaborar seu regimento interno;
- XI. outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O CMS terá a seguinte composição:

- I. 25% dos membros representantes dos trabalhadores de saúde investidos legalmente em cargo;
- II. 25% dos membros, representantes dos prestadores de serviços públicos/privados;
- III. 50% dos membros representantes dos usuários.
 - § 1º - A cada titular do CMS corresponderá um suplente.
 - § 2º - Será considerada como existente, para fins de participação no CMS, a entidade regularmente organizada;
 - § 3º - A representação dos trabalhadores do SUS, no âmbito do município, será definida por indicação conjunta das entidades representativas das diversas categorias.
 - § 4º - O número de representantes de que trata o inciso III do presente artigo não será inferior a 50% (cinquenta por cento) dos membros do CMS.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

- I. da autoridade estadual ou federal correspondente, no caso da representação de órgãos estaduais ou federais;
- II. das respectivas entidades nos demais casos.
 - § 1º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.
 - § 2º - O secretário Municipal de Saúde é membro nato do CMS.
 - § 3º - Na ausência ou impedimento do Presidente, a Presidência do CMS será assumida pelo seu suplente.

Art. 5º - O CMS reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere aos seus membros:





ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE INGAZEIRA

Rua Albino Feitosa, 87 - CGC 10.847.888/0091-97 - CEP 56830-000 - Telefone 829-1186 Fax 829-1102 - Ingazeira - PE

- II. os membros do CMS serão substituídos caso faltem, sem motivo justificado, a três reuniões consecutivas ou seis reuniões intercaladas no período de 1 ano;
- III. os membros do CMS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

- I. o órgão de deliberação máxima é o Plenário;
- II. as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada 30 dias e extraordinariamente quando convocadas pelo presidente ou por requerimento da maioria de seus membros;
- III. para a realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do CMS, que deliberará pela maioria dos votos dos presentes;
- IV. cada membro do CMS terá direito a um único voto na sessão plenária;
- VI. as decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

- I. consideram-se colaboradores do CMS, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de saúde, sem embargo de sua condição de membros;
- II. poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMS em assuntos específicos;
- III. poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades -membros do CMS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 9º - As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do CMS deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.

Parágrafo único - As resoluções do CMS, bem como os temas tra





ESTADO DE PERNAMBUCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE INGAZEIRA

Rua Albino Feltosa, 37 - CGC 10.947.888/0001-97 - CEP 56830-000 - Telefone 829-1136 Fax 829-1102 - IngaZEIRA - PE

- Art. 11º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para promover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Saúde.
- Art. 12º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário:

Gabinete do Prefeito, em 21 de Março de 1997.


José Carvalho Veras
PREFEITO

